



EDITORIAL

Unir esforços será o nosso lema para o próximo mês de agosto. Entre as notícias que pipocam aqui e acolá, algumas muito duras no caminho das lutas sociais, surge a boa nova: o Comitê DESC solicitou uma atualização de dados do Contra- Informe, que já foi construído com expressiva participação social. Cabem a nós - organizações e movimentos brasileiros - a sabedoria e a disciplina em unir esforços para dar subsídios ao Comitê sobre as situações emblemáticas que barram a efetivação dos direitos humanos no Brasil. A receita nem é tão difícil: repasse todo o trabalho cotidiano, junte as pistas e as provas, os fatos e os dados, deixe tudo isso fervilhar no caldeirão de idéias esperançosas e pronto: formule suas duas principais recomendações para o futuro nascer diferente!

NESTA EDIÇÃO

::Internacional: ONU aprova decisão histórica sobre Direitos Humanos

::Nacional: Dhesca Brasil divulga nota de repúdio ao MP Gaúcho

::Plataforma Dhesca Brasil: Programação da Assembléia Geral

::Relatorias Nacionais: Missão volta a Recife para discutir caso das Ilhas de Sirinhaém

::Projeto Monitoramento: Comitê DESC ONU receberá atualização de dados do Contra Informe

Divulgue suas ações nos próximos números. Opiniões e sugestões de texto podem ser enviadas para comunicacao@dhesca.org.br

INTERNACIONAL

ONU aprova decisão histórica sobre Direitos Humanos

O Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas aprovou o "Protocolo Facultativo", uma importante ferramenta que vai auxiliar na efetivação do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC).

Ao contrário dos direitos civis e políticos, os direitos sociais estabelecidos pelo PIDESC eram reconhecidos pela ONU mas não possuíam um mecanismo efetivo para o recebimento de denúncias sobre casos individuais de violações de direitos humanos. Com o Protocolo Facultativo a sociedade civil poderá denunciar as violações ocorridas contra os povos de todo o mundo, encaminhando-as através de petições individuais. Os países que assinarem o Protocolo terão que contribuir na investigação e na reparação de danos, se necessário.

O projeto do Protocolo Facultativo tem sido defendido desde a última Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, no ano de 1993. Após ser aprovado pelo Grupo de Trabalho das Nações Unidas, passou pela aprovação do Conselho de Direitos Humanos e deve ser votado ainda pela Assembléia Geral da ONU para então ser implementado.

Missão de Investigação sobre o Etanol colhe os primeiros frutos

A Missão Internacional de Investigação no Brasil, realizada em abril deste ano e que contou com a participação de técnicos da Dhesca Brasil - apresentou os primeiros resultados. A missão produziu o relatório denominado "Os Agrocombustíveis no Brasil",

que traz informações importantes sobre os impactos das políticas públicas de incentivo aos agrocombustíveis.

No final de maio, os integrantes da missão organizaram diversas visitas em Bruxelas e Berlim, e o caso do Brasil foi utilizado como um exemplo sobre os problemas sociais e ambientais trazidos pela lavoura de agrocombustíveis.

Na Europa, a missão reuniu-se com representantes da Comissão Europeia e também com o deputado sueco Wijkmann, relator da Comissão de Meio Ambiente do Parlamento Europeu, que se encarregou de discutir o tema das cotas dos agrocombustíveis e dos critérios sociais para sua produção. Foi realizada uma audiência entre o Parlamento Europeu com a participação de seis deputados e procurados representantes de diferentes partidos e funcionários do ministério de cooperação.

Todo esse esforço apresentou resultado: no dia 7 de julho, o Comitê de Meio Ambiente do Parlamento Europeu votou por uma cota de 4% de combustíveis não originários do petróleo até 2015, e não 10% como pleiteavam os produtores de agrocombustíveis.

(Para ler o relatório: <http://www.dhescbrasil.org.br/plataforma/pagina.php?id=2032>)

CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Plataforma Dhesca Brasil divulga nota de repúdio ao MP Gaúcho



Após conhecer a ata da reunião do Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul de dezembro de 2007, a secretaria executiva da Plataforma Dhesca redigiu uma nota de repúdio à decisão tomada em “dissolver o MST”. Pela nota “ao invés de cumprir sua missão de defender o regime democrático e os interesses sociais perante as crescentes denúncias de corrupção no governo estadual, o Ministério Público está ressuscitando as ferramentas dos tempos da Ditadura ao constituir uma força-tarefa sigilosa para perseguir aqueles que verdadeiramente viabilizam os direitos humanos a milhares de trabalhadores rurais. A atuação do Ministério Público representa um retrocesso na afirmação histórica dos direitos humanos. Ao criminalizar e tentar dissolver o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MP inverte os papéis pois deixa de cobrar do Estado o dever de fazer a reforma agrária e defende na verdade os interesses dos poucos que concentram terra e renda”. Acompanhe o texto na íntegra pelo site: www.dhescbrasil.org.br/plataforma/pagina.php?id=2027

PIDHDD solicita informações ao Presidente Lula e à governadora Yeda Crusius

A Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD) enviou, no dia 15 de julho, um comunicado ao Presidente Lula e para a Governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, para manifestar preocupação com as ações de repressão sofridas por integrantes do MST no estado gaúcho. No documento, a coordenação da PIDHDD diz temer “que se reeditem práticas próprias da ditadura militar no Brasil dirigidas para desarticular e criminalizar o protesto social, ao invés de atender problemas sociais de grande impacto, como neste caso a urgência de uma profunda reforma agrária”. Enquanto país signatário dos Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Brasil está sendo solicitado pela PIDHDD para investigar o caso, restituir as terras aos que foram desalojados e adotar medidas para evitar mais violações. A carta está disponível no site da PIDHDD:

(http://www.pidhdd.org/index.php?option=com_content&task=view&id=17&Itemid=1)

Câmara dos Deputados debate criminalização dos movimentos sociais

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados realizou, no dia 09 de julho, uma Audiência Pública com representantes da CNBB, OAB, Via Campesina, Quilombolas, Indígenas, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento Nacional de Direitos Humanos para debater a criminalização dos movimentos sociais.

O debate foi sugerido pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e aprovado na Comissão por unanimidade. Participaram da mesa da audiência o ministro Paulo Vannuchi (Secretário Nacional dos Direitos Humanos), Antônio Aras (OAB), Gilberto de Souza (CNBB), Sílvio Santos (integrante do MST/RS) e integrantes da Coordenação Nacional de Quilombos (Conaq) e do Movimento Indigenista Missionário (Cimi).

Além dos deputados presentes, os líderes do PT e do Psol também participaram da audiência: o senador Eduardo Suplicy (PT/SP) e as senadoras Marina Silva (PT/AC) e Fátima Cleide (PT/RO), representando o Senado, prestaram solidariedade aos movimentos sociais presentes.

PLATAFORMA DHESCA BRASIL

Programação de nossa Assembléia Geral

A Assembléia Geral da Plataforma Dhesca Brasil vai ter uma abertura pra lá de especial. O Seminário “Os 20 anos da Constituição Federal de 88 e os 60 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos” acontecerá na tarde do dia 21 de agosto, com duas mesas de discussão. A primeira debaterá o “Modelo de Desenvolvimento de Direitos Humanos – cenário brasileiro e internacional”, enquanto a segunda mesa será sobre “O Sentido da Luta pelos Direitos Humanos”. Para os dias 22 e 23 estão programadas a avaliação política e administrativa da gestão dos projetos da rede, a plenária para discussão do Plano de Ação Trienal, a eleição da nova coordenação e a aceitação de novas entidades que desejam se filiar. O convite com a programação detalhada do evento está a caminho de cada integrante da Dhesca Brasil

Coordenação Executiva se reúne em Curitiba

Na primeira semana de julho, a coordenação executiva da Plataforma Dhesca Brasil se reuniu em Curitiba, onde discutiu sobre a preparação da Assembléia Geral, projeto Monitoramento em Direitos Humanos, sustentabilidade e avaliação das Relatorias Nacionais, participação da Dhesca Brasil na Assembléia da PIDHDD e a participação no Fórum Social Mundial em Belém, 2009. As organizações presentes foram: Ação Educativa, FASE, FIAN, INESC, MNDH, Terra de Direitos e a secretaria executiva.

Relatorias Nacionais passam por avaliação

O processo de avaliação pelo consultor Domingos Armani está em fase final. Foram realizadas cerca de 30 entrevistas, em Recife, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, além de consultas por e-mail. O primeiro relatório será apresentado à coordenação na primeira semana de agosto e para os relatores e assessores no dia 13 de agosto, em reunião marcada para Brasília. Um resumo do trabalho será enviado a todos os integrantes da rede e também será discutido durante a Assembléia Geral.

Gajop e Cendhec representam Plataforma Dhesca em reunião nacional

As duas entidades da rede foram indicadas para representar a Plataforma durante a fase de organização da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, promovida pelo Ministério da Justiça. A Plataforma Dhesca Brasil foi convidada para participar do

fórum organizador do evento, junto com outras 150 entidades. Mas a coordenação decidiu ampliar o convite para outros membros da rede, que tivessem mais afinidade com o tema. Como havia apenas uma vaga, o Cendhec e o Gajop decidiram entre si os representantes: *Célia Dantas Rique*, do Gajop, será a titular e *Manoel Moras de Almeida*, do Cendhec, o suplente.

Representantes da coordenação se reúnem com Procuradoria Federal

Os coordenadores Alexandre Ciconello (INESC) e Darci Frigo (Terra de Direitos) estiveram, no mês de junho, com a nova procuradora, *Gilda Pereira Carvalho*, para discutir a renovação do Termo de Cooperação entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Plataforma Dhesca Brasil. Entre os pontos principais desta cooperação está o envio de denúncias ou representações relacionadas aos direitos humanos da Procuradoria para a Plataforma Dhesca.

Entidades nacionais discutem Justiça e Direitos Humanos



Quatorze entidades membro da Plataforma Dhesca Brasil participaram da Oficina “Justiciabilidade dos Direitos Humanos e Democratização da Justiça”, ocorrida em Curitiba no início de julho, organizada pela Terra de Direitos. O objetivo do encontro foi construir um diagnóstico sobre esse tema, a fim de fornecer instrumentos para a sociedade civil sobre a efetivação dos direitos humanos. A partir das experiências compartilhadas durante a oficina, os participantes concluíram que a atuação jurídica continua sendo um importante instrumento de luta pelos direitos humanos.

Para aprofundar o diagnóstico do Judiciário brasileiro, o grupo formou um coletivo que se propôs a articular uma agenda comum sobre o tema. Já está sendo planejado um outro momento de encontro entre as entidades para o segundo semestre.

PROJETO MONITORAMENTO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Comitê da ONU pede atualização de dados brasileiros

Após receber nossa representante, Maria Elena Rodrigues (FASE), em maio e conhecer o Contra Informe divulgado pela sociedade civil brasileira, o Comitê DESC da ONU solicitou uma atualização de dados e questões sobre os direitos humanos no país. O objetivo do Comitê é se aproximar ainda mais da realidade brasileira e assim propor recomendações incisivas para que o governo cumpra com o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, assumido pelo país há dezesseis anos.

Por isso é muito importante que cada organização ou movimento social tente contribuir na atualização dos dados sobre direitos violados e na seleção de duas recomendações principais que deverão ser formuladas ao governo brasileiro.

Como as entidades podem fazer isso?

As quatro redes que coordenam a produção do Contra Informe, entre elas a Plataforma Dhesca Brasil, solicitam as suas entidades membros para que **até o dia 18 de julho** elas comuniquem que aceitam o compromisso de rever algum tema chave do Contra Informe.

Para atualizar as informações, as filiadas devem conhecer os temas sobre os quais o Comitê DESC mostrou maior preocupação e a partir deles desenvolver um texto problematizando as questões centrais de cada um, sempre com dados de violações emblemáticas aos direitos humanos. No total são oito temas: **impacto dos grandes**

projetos, populações indígenas, direito à alimentação, reforma agrária e direito à terra, criminalização e violência, populações carcerárias, direito à saúde, direito à cultura e questão racial.

A secretaria executiva da Plataforma será um canal para o envio de informações e para quaisquer dúvidas que surjam. No site da Plataforma – pelo link do Projeto Monitoramento em Direitos Humanos, estão disponibilizados os documentos necessários para participar do processo.

(http://www.dhescbrasil.org.br/_plataforma/pagina.php?id=2034)

RELATORIAS NACIONAIS EM DHESCA

Missão em Recife – a questão das Ilhas de Sirinhaém

A relatoria em Direito Humano ao Meio Ambiente, acompanhada de assessores e da coordenação da Plataforma Dhesca Brasil, voltou a Recife para mais reuniões e audiências sobre o caso das Ilhas de Sirinhaém, no sul do estado, em que moradores nativos foram desalojados de suas terras em decorrência de ameaças da Usina Trapiche. O objetivo da missão de seguimento foi monitorar os encaminhamentos propostos na primeira missão, realizada em setembro de 2007, e pleitear providências quanto ao processo de criminalização movido contra os dois Relatores. Tendo à frente a relatora Marijane Lisboa, o grupo se reuniu com entidades locais e depois com o Ibama, onde se informou de resultados de dois estudos que recomendam a criação no local de uma reserva extrativista.

O Ministério Público estadual se mostrou sensibilizado com o tema e abriu a possibilidade de acompanhamento do caso, junto ao promotor local. Na secretaria estadual de Direitos Humanos, que representava o Governo do Estado, houve o compromisso assumido de acompanhar o processo de criação da RESEX, averiguar as denúncias e se posicionar contrariamente, junto ao Tribunal de Justiça do estado, à criminalização sofrida pelos dois relatores que estão sendo processados pela Usina Trapiche. Novas audiências foram agendadas e serão acompanhadas pelas entidades locais. Outros órgãos da administração federal, como o MMA e o Instituto Chico Mendes serão acionados para que iniciem o processo de criação da RESEX.

Missão em Manaus – Saúde Indígena

O relator do Direito Humano à Saúde, prof. Fernando Aith, entregou o relatório da Missão Manaus – Saúde do Povo Indígena, realizada em fevereiro de 2008. A partir de visitas e conversas envolvendo órgãos estatais, como FUNASA e a Casa do Índio, e espaços comunitários, como as duas aldeias indígenas urbanas, a Relatoria trata da complexa situação da saúde indígena no Amazonas e das deficiências nos serviços de saúde, e faz várias recomendações aos órgãos responsáveis.

Missão São José dos Campos – Moradia

A cidade de São José dos Campos apresentou nos últimos anos diversos problemas nas questões urbanas. De acordo com um estudo realizado pela Unicamp, o município paulista possui um déficit de 20 mil casas, aproximadamente. A mesma pesquisa aponta que 56 mil pessoas moram em habitações inadequadas. Só na comunidade do Pinheirinho, antiga propriedade do especulador Naji Nahas, os sete mil moradores são constantemente ameaçados por ordens de desocupação, demolições de casas e ações questionáveis da Prefeitura – em 2005 o prefeito chegou a pedir uma liminar na Justiça para cortar o abastecimento de água e luz da área.

Frente a todos esses problemas, movimentos sociais e organizações populares de todo o Brasil, entre eles a Plataforma Dhesca Brasil, elaboraram uma carta solicitando a suspensão do Programa de Estruturação Urbana, realizado pela prefeitura de São José dos Campos (SP). A carta explica que com a implantação deste programa existe

o risco iminente de várias famílias de baixa renda serem despejadas de suas casas, sem qualquer diálogo entre a sociedade e o poder público.

Em julho do ano passado, a Relatoria Nacional do Direito Humano a Moradia Adequada realizou uma missão de monitoramento na cidade e identificou 16 áreas de favelas com quase 3 mil famílias. De acordo com esse estudo, a Prefeitura Municipal adotou a prática de “desfavelizar” a cidade, o que na verdade significa retirar as famílias de baixa renda da região central para a região periférica.

Já nessa época a região visitada com maiores problemas foi a da Vila Rossi, onde será construída a Via Norte. A Prefeitura propôs a compra das casas para vários moradores, mas sem fornecer informações sobre o processo. A relatora Lucia Maria Moraes e o assessor Marcelo Dayrell acompanham o caso e tiveram uma reunião, no final de junho, com Marcio Favilla (Secretaria de Relações Institucionais) onde discutiram o Programa de Estruturação Urbana da cidade. A proposta foi de realizar um diálogo entre os três poderes, os representantes dos moradores, o Ministério e a Defensoria Pública.

Acompanhe a carta escrita sobre a situação de São José dos Campos no link:

http://www.dhescbrasil.org.br/_plataforma/pagina.php?id=2035

AGENDA PARA AGOSTO

Dias 11 e 12:

Projeto Monitoramento se reúne em Goiânia para discutir o seu novo projeto trienal elaborado em conjunto, a ser apresentado a Misereor.

Dia 13:

Relatores e Assessores debatem com a coordenação a avaliação preliminar das Relatorias Nacionais em DhESCA com o consultor Domingos Armani, na cidade de Brasília.

Dias 21 a 23:

Assembléia da Plataforma DhESCA Brasil, em Brasília.

Dias 26 a 28:

Assembléia da PIDHDD, em Assunção, Paraguai .

RÁPIDO E RASTEIRO (Chacal)

*Vai ter uma festa
que eu vou dançar
até o sapato pedir pra parar*

*áí eu paro
tiro o sapato
e danço o resto da vida*

EXPEDIENTE

Secretária Executiva da Plataforma DhESCA Brasil

Lígia Cardieri: ligiacardieri@gmail.com

Secretário Assistente da Plataforma DhESCA Brasil

Gabriel Jamur Gomes: secretariadhesc@yahoo.com.br

Assessoria de Comunicação Social

Laura Bregenski Schühli (comunicacao@dhescbrasil.org.br)

Endereço : Secretaria Executiva da Plataforma DhESCA Brasil

Rua Des. Ermelino de Leão, 15, conj. 72 – Centro – CEP: 80410-230 – Curitiba/PR – Brasil
Tel: +55 (41) 3014-4651 - + 55 (41) 3232-4660

Mais informações sobre a Plataforma DHESCA Brasil acesse o site:
www.dhescbrasil.org.br